



REFORMA DO ESTATUTO APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29/04/2024.

**CAPÍTULO I
DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS**

Art. 1º - A Associação dos Empregados do Banco da Amazônia – AEBA é uma associação, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número 15.321.110/0001-22, sem fins lucrativos, criada em 02.02.1987, para atender as seguintes finalidades primordiais:

I – congregar seus associados, posicionando-se em defesa dos seus superiores interesses junto ao Banco e junto a outras entidades ou pessoas, bem como representá-los judicial ou extrajudicialmente, nos termos do inciso XXI, Art. 5º, da Constituição Federal.

II – assumir a defesa dos legítimos interesses dos empregados do Banco da Amazônia S.A.

III – contribuir para o fortalecimento da ação sindical, no âmbito do interesse dos seus associados e na prática da solidariedade com os demais trabalhadores, objetivando a construção de uma sociedade justa e fraterna.

IV – incentivar as manifestações criativas dos seus associados, contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-cultural.

V – assumir a defesa dos interesses sócio-econômicos, culturais e ecológicos da Amazônia.

§ 1º - A AEBA terá duração indeterminada e sede e foro na cidade de Belém, sito à Rua Ferreira Cantão, 42, bairro da Campina, CEP 66.017-110, Estado do Pará e seu patrimônio é autônomo, livre e desvinculado de qualquer órgão ou entidade;

§ 2º - As obrigações assumidas pela AEBA não são imputadas, isolada ou solidariamente aos seus associados;

§ 3º - A AEBA não se envolverá, sob qualquer pretexto, em disputas politico-partidárias;

Art. 2º - A AEBA reger-se-á pelo presente Estatuto, bem como pelos regulamentos, instruções, planos de ação e demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, respeitados os dispositivos legais.

**CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS**

Seção I

Da Admissão e da Perda da Condição de Associado

Art. 3º - O quadro social da AEBA será constituído pelos empregados do Banco da Amazônia S.A., (ativos e aposentados), admitidos na forma definida neste Estatuto.

§ 1º - O empregado interessado em associar-se deverá encaminhar a AEBA, proposta preenchida em formulário próprio, para fins cadastrais, conjuntamente com autorização de débito, em folha, valor relativo a 1% do salário base, acrescido do 1/3 de gratificação incidente sobre o salário base.

Art. 4º - Perderão a condição de associados os que:

I – voluntariamente o requeiram;

II – deixarem de satisfazer, por 3(três) meses, o pagamento de suas contribuições para a AEBA;

III – forem excluídos na forma do Art. 8º, § 3º

§ 1º - A perda da condição de associado não dará direito a qualquer indenização ou ressarcimento de contribuições ou doações feitas à AEBA.



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

1º R. T. D. P. J.
BELÉM - PARÁ
06 DEZ. 2024

§ 2º - Ocorrendo a dispensa de associado, dos quadros do Banco, a AEBA poderá, a requerimento do interessado, assumir sua defesa relativamente aos direitos trabalhistas violados.

Seção II

Dos Direitos e Deveres

Art. 5º - São Direitos dos Associados:

I - participar das Assembleias Gerais e nelas votar e ser votado;

II - apresentar à AEBA, verbalmente ou por escrito, reivindicações, críticas e sugestões pertinentes aos objetivos sociais;

III - representar aos órgãos competentes da AEBA contra dirigente eleito ou designado, cuja atuação seja incompatível com o disposto no Art. 1º.

IV - requerer, na forma do item III, do Art. 12 a convocação de Assembleia Geral.

Art. 6º - São Deveres dos Associados:

I - cumprir os dispositivos estatutários, regulamentares ou normativos da AEBA;

II - zelar pela autonomia e independência da AEBA;

III - desempenhar, com dedicação, os encargos e as missões que lhe forem cometidos;

IV - representar a quem de direito sobre quaisquer irregularidades atentatórias aos interesses da AEBA, de que tenham conhecimento;

V - contribuir pecuniariamente, na forma e valores fixados pela Assembleia Geral, conforme estabelece o Art. 11, inciso VIII deste Estatuto.

Seção III

Das Penalidades

Art. 7º - Constituem infrações:

I - transgredir preceito estatutário, regulamentar ou normativo da AEBA;

II - comprometer, de alguma forma, o conceito e o patrimônio da AEBA.

Art. 8º - Os associados AEBA estão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência

II - suspensão

III - exclusão

IV - ressarcimento

§ 1º - A advertência será aplicada pela Diretoria em razão da prática de:

I - atos que contrariem os objetivos da AEBA;

II - ações contrárias aos interesses da categoria.

§ 2º - A suspensão, que terá o prazo máximo de 1(um) ano, será aplicada pela Diretoria nos casos de reincidência nas práticas previstas no parágrafo precedente, privando o associado de seus direitos sem isentá-lo do pagamento da contribuição social nem do ressarcimento de qualquer prejuízo que tenha causado à AEBA.

§ 3º - A exclusão, proposta pela Diretoria e aprovada pela Assembleia Geral, dar-se-á nos casos de reincidência nas práticas que resultaram em suspensão.

§ 4º O ressarcimento dar-se-á em razão, e na proporção, de dano material contra o patrimônio da AEBA.

I - A diretoria executiva apresentará um relatório de prejuízos decorrentes dos danos materiais causados.

II - A aplicação da penalidade de ressarcimento será feita pela Assembleia Geral, e aprovado por maioria simples.



Art. 9º - Ao associado passível de punição é assegurado amplo direito de defesa, cabendo recurso à Assembleia Geral.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10º - A Assembleia Geral, constituída por todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, é o órgão de liberação máxima da AEBA.

Art. 11º - Compete, privativamente, à Assembleia Geral deliberar:

I- sobre a alteração do Estatuto Social;

II- sobre o relatório da Diretoria referente ao exercício vencido, o respectivo balanço financeiro, com parecer do Conselho Fiscal.

III- sobre a exclusão de associado;

IV- previamente, sobre a aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis da AEBA e prestação de garantias de qualquer espécie, cujo valor ultrapasse 10% do Patrimônio Líquido;

V- sobre outros assuntos que escapem à competência dos demais órgãos da AEBA;

VI- sobre a extinção da AEBA, por decisão de, pelo menos, 2/3 dos associados, em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim.

VII- sobre o Regimento Interno;

VIII- sobre a fixação do valor da contribuição mensal.

IX - sobre a aplicação da penalidade de ressarcimento.

X - destituir os administradores.

Art. 12º - A Assembleia Geral será convocada:

I- pela Diretoria;

II- pelo Conselho Fiscal;

III- por iniciativa direta de pelo menos 5% (cinco por cento) dos associados.

Art. 13º - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á uma vez por ano, até o mês de abril, com o objetivo de deliberar sobre o disposto no item II do Art. 11.

Art. 14º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses da Associação assim o exigirem.

Art. 15º - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a representatividade de, no mínimo, a maioria absoluta (o número inteiro logo superior à metade) dos associados e, em segunda convocação, na mesma data e local, meia hora depois, com qualquer número.

§1º - Na impossibilidade da presença física dos associados lotados fora da área metropolitana de Belém, a participação dos mesmos na Assembleia dar-se-á mediante pronunciamento por escrito, encaminhado até o início dos trabalhos.

§2º - O Presidente da Associação instalará a Assembleia Geral e imediatamente solicitará ao plenário que designe um Presidente e um Secretário para os trabalhos.

Art. 16º - A convocação da Assembleia Geral será feita mediante a divulgação de Edital afixado na sede da AEBA e em todas as Dependências do Banco, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto, a especificação clara e objetiva da matéria que será objeto de deliberação.

§1º - O Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária deverá ser divulgado com a antecedência de 30 (trinta) dias e o da Assembleia Geral Extraordinária, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de sua realização.



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

1º R. T. D. P. J.
BELÉM - PARÁ
06 DEZ. 2024

§2º - Para os associados lotados em Dependências fora da área Metropolitana de Belém a divulgação será feita através dos Representantes, a quem serão encaminhados o Edital de Convocação, relatórios e outros documentos a serem votados, e a cédula de votação que lhes permita o seu voto sobre o assunto.

Art. 17º - Para votar e ser votado em Assembleia Geral, o associado deverá estar em pleno gozo de seus direitos sociais.

§1º - Nas dependências de fora da área metropolitana de Belém, os envelopes lacrados contendo o voto dos associados serão entregues aos Representantes dessas dependências que os enviarão diretamente à Assembleia.

§2º - Os votos recebidos após a realização da Assembleia não serão computados.

CAPÍTULO IV DO ENCONTRO NACIONAL

Art. 18º - O Encontro Nacional dos Empregados do Banco da Amazônia - ENEB, é o fórum deliberativo congressual dos empregados do Banco.

Art. 19º - Compete ao ENEB debater e deliberar sobre a linha e o programa de ação da AEBA.

Art. 20º - O ENEB será convocado ordinariamente 01 (uma) vez a cada dois anos e, extraordinariamente, quando os interesses dos associados assim exigirem.

Art. 21º - O ENEB será convocado pela Diretoria da AEBA ou por 5% (cinco por cento) dos associados.

Art. 22º - A Diretoria da AEBA formará a comissão de teses, que elaborará os textos a serem objetos de debates no ENEB.

CAPÍTULO V DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 23º - Em cada Dependência do Banco serão eleitos, em forma definida pelos associados da dependência, desde que, condizentes com valores democráticos, para cada grupo de 50 (cinquenta) associados ou fração, um representante e um Suplente escolhido dentre os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

§ único - Os associados escolherão de acordo com os critérios definidos no caput, seus Representantes e Suplentes.

Art. 23º A: A eleição dos Representantes e Suplentes da AEBA nas unidades deverá ser realizada em até 60 dias após a posse da Diretoria.

Art. 24º - Cabe ao Representante, em cada Dependência do Banco, servir de elo de ligação entre o associado e a AEBA, encaminhando os pleitos ou documentos e cuidando dos interesses da entidade junto a dependência que representa.

§ 1º - O Suplente substituirá o Representante nas suas ausências e impedimentos e sucedê-lo-á no caso de vacância do cargo por quaisquer motivos.

§ 2º - O mandato do Representante e dos Suplentes terá duração de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, não podendo acumular cargo executivo na administração da AEBA.

§ 3º - Perderá o mandato de representante o associado que for removido para outra dependência.



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

§ 4º - Vagando o cargo de representante e não havendo Suplente para o preenchimento, será procedida eleição para a escolha de um Representante e respectivo Suplente para completar o mandato.

§ 5º - Havendo fusão ou criação de Dependências, será procedida eleição para escolha de Representantes e Suplentes da nova dependência, que terão mandato coincidente com o dos representantes já eleitos.

§ 6º - Na extinção da dependência do Banco, os respectivos Representantes e Suplentes perderão os seus mandatos.

§ 7º - O mandato do representante poderá ser revogado pela maioria simples dos associados da unidade que representa, ouvido o diretor Regional.

Art. 25º - Os Conselhos de Representantes são fóruns deliberativos nas questões específicas da área de abrangência de cada Diretoria Regional.

Art. 26º - Para discutir e deliberar sobre questões específicas de sua área de abrangência, cada Diretoria Regional promoverá, pelo menos uma vez a cada ano, Encontros Regionais de Representantes.

§ 1º - A coordenação dos Encontros Regionais caberá aos Diretores Regionais.

§ 2º - A Diretoria Executiva da AEBA deverá proporcionar, dentro das limitações financeiras e estruturais da AEBA, todo apoio necessário à realização dos Encontros Regionais.

§ 3º - Nos Encontros Regionais terão direito a voz e voto, todos os associados presentes em pleno gozo de seus direitos.

Art. 27º - Cabe aos Representantes:

- I – decidir assuntos de interesse da AEBA e de seus associados, específicos de unidade;
- II – apreciar as reivindicações de associados a serem apresentadas à Direção Geral do Banco, através da AEBA;
- III – Atuar na defesa dos interesses do banco;
- IV – Participar de comitês do Banco, na forma dos normativos internos e em acordo coletivo de trabalho;
- V – Participar nos eventos internos e externos de interesse da categoria;
- VI – Promover reunião mensal, elaborando atas dos presentes e remeter para diretoria regional.

Art. 28º - Cabe ao Diretor Regional:

- I – Coordenar o desenvolvimento de ações comuns às Dependências que compõe o Conselho Regional de Representantes de sua área;
- II – Manter a Diretoria da AEBA informada sobre todas as questões que digam respeito ao Conselho Regional de Representantes de sua área;
- III – Encaminhar à Diretoria da AEBA as atas das reuniões de representantes, bem como todas as resoluções e propostas aprovadas nos Encontros Regionais.
- IV – Coordenar os Encontros Regionais.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA

Art. 29º - A Diretoria da AEBA será constituída por:

I - DIRETORIA EXECUTIVA

- a) Presidente;
- b) Diretor de Desenvolvimento e Organização
- c) Diretor de Administração, Patrimônio e Finanças
- d) Diretor de Formação, Comunicação e Apoio;



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

06 DEZ. 2024

1º R. T. D. P. J.
BELÉM - PARÁ

- e) Diretor de Articulação Sindical;
- f) **Diretoria de Gênero e Diversidade;**
- g) **Diretoria de Saúde e Bem Estar;**

II – DIRETORIAS REGIONAIS

- a) Pará I – Região Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense.
- b) Pará II – Região Oeste e Sudoeste Paraense.
- c) Pará III – Região Sul-Sudeste do Pará.
- d) AC
- e) AM
- f) AP
- g) MT
- h) MA
- i) TO
- j) RO
- l) RR
- m) Especial (Brasília e São Paulo)

III - O conjunto da Diretoria Executiva mais as Diretorias Regionais constituirá a Diretoria Plena.

§ 1º - A tarefa de administrar ordinariamente a Associação é da Diretoria Executiva.

§ 2º - A Diretoria Plena **se reunirá sempre que necessário, preferencialmente de forma virtual, presencial ou por qualquer outro meio adequado, para discutir e planejar as ações da Associação.**

§ 3º - A substituição do presidente dar-se-á pelos diretores-executivos, na ordem e sequência constante da formação da Diretoria Executiva (inciso I deste artigo), caso o afastamento seja de caráter temporário.

§ 4º - No caso de vacância permanente do cargo de presidente da associação, o sucessor será escolhido dentre os membros da diretoria plena, pelo voto de maioria simples.

Art. 30º - A Diretoria terá mandato de 3 (três) anos.

Art. 31º - Compete à Diretoria:

I - dirigir e administrar a AEBA, cumprindo e fazendo cumprir o presente Estatuto e os regulamentos, instruções e normas, bem como as deliberações da Assembleia Geral, dos Conselhos de Representantes e do ENEB;

II - criar comissões ou secretarias provisórias, para tratar de assuntos diretamente ligados aos interesses da AEBA;

III - aprovar o balancete mensal da Tesouraria;

IV - submeter ao conselho fiscal, ao final de cada trimestre, os balancetes do período imediatamente anterior para as devidas análises

V - apresentar ao Conselho Fiscal, até o mês de novembro de cada ano, a proposta orçamentária da AEBA, para o exercício seguinte;

VI - apresentar à Assembleia Geral, para apreciação, o Relatório, acompanhado do Balanço Anual e Parecer do Conselho Fiscal;

VII - autorizar a contratação de empregados para a AEBA, sendo expressamente vedada a admissão de empregados ligados por parentesco aos Administradores da AEBA e Conselho Fiscal.

VIII - submeter à Assembleia Geral, para aprovação, o Regulamento Interno.



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

06 DEZ. 2024

1º R. T. D. P. J.
BELÉM - PARÁ

Art. 32º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente quando convocada.

Art. 33º - A Diretoria decidirá por maioria simples, com a presença de, pelo menos, **4 (quatro)** dos seus integrantes.

Art. 34º - Poderá perder o mandato o Diretor que, for demitido ou sem apresentar justificativa, deixar de comparecer a 4(quatro) reuniões consecutivas, e 10(dez) alternadas.

§ 1º - A justificativa pela ausência terá que ser acolhida pela maioria simples da Diretoria.

§ 2º - Para que haja a aplicação da perda de mandato prevista no caput, deverá o presidente convocar Assembleia Geral específica para homologação.

§ 3º - perderá o mandato o dirigente que for demitido podendo ser reconduzindo ao cargo quando da reintegração aos quadros do banco ou rescindir seu contrato de trabalho.

Art. 35º - Compete ao Presidente da AEBA:

I - Representar a AEBA, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários;

II - cumprir as deliberações da Diretoria, da Assembleia Geral, dos Conselhos Regionais de Representantes e do ENEB;

III - Presidir as reuniões da Diretoria e convocar e instalar a Assembleia Geral e o ENEB;

IV - assinar, juntamente com o Diretor de Administração, Patrimônio e Finanças cheques, notas promissórias, duplicatas e demais papéis que impliquem em obrigações para a AEBA;

V - assinar, visar e rubricar todos os documentos que exigem sua expressa responsabilidade;

VI - baixar atos ou normas administrativas que proporcionem melhor organização e eficiência ao funcionamento dos diversos setores da AEBA;

VII - contratar, demitir ou licenciar empregados, ouvida a Diretoria.

Art. 36º - Compete ao diretor de Desenvolvimento e Organização:

I - coordenar as atividades dos conselhos de representantes;

II - estudar os pleitos, sugestões e críticas dos associados, dando seu parecer à diretoria.

III - coordenar ações voltadas a elaboração de estudos sobre as diversas áreas de atuação do Banco da Amazônia S.A e sobre temas relevantes dentro dos contextos nacional e regional, de forma a contribuir para um maior conhecimento da realidade, com vistas a formulação de propostas alternativas de políticas de desenvolvimento;

IV - congregar na AEBA funcionários com conhecimento técnico e científico para a realização de seminários, debates, palestras e outros eventos de interesses da Amazônia;

V - propor à diretoria um plano anual de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 37º - Compete ao diretor de Administração, Patrimônio e Finanças:

I - organizar e dirigir a secretaria;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos da AEBA;

III - secretariar as reuniões da diretoria redigindo as respectivas atas e mantendo os respectivos livros;

IV - administrar o quadro de pessoal;

V - administrar os serviços de tesouraria da AEBA, tendo sob sua guarda e responsabilidade os livros necessários;

VI - estabelecer a melhor forma de arrecadação da receita e controle da despesa;

VII - efetuar os recebimentos e os pagamentos autorizados pela presidência ou pela diretoria, de conformidade com o que estatui o regimento interno;

VIII - realizar o levantamento de balancetes mensais;

IX - preparar o relatório financeiro anual da AEBA;



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

06 DEZ. 2024
1º R. T. D. P. J.
BELÉM - PARÁ

- X – assinar, em conjunto com o presidente cheques e outros documentos essenciais à movimentação dos recursos da AEBA;
- XI – organizar o inventário da AEBA.

Art. 38º – Compete ao diretor de Formação, Comunicação e Apoio:

- I – coordenar e desenvolver os trabalhos relativos à publicidade e à divulgação da AEBA, inclusive a edição do informativo periódico da associação;
- II – desenvolver e coordenar ações relativas a convênios com entidades e outros meios de assistência, em benefício dos associados;
- III – propor a diretoria ações viáveis voltadas para a assistência aos associados, dentro de um plano de trabalho anual;
- IV – elaborar e propor à diretoria e conselho de representantes um plano de formação para os associados, abrangendo assuntos de desenvolvimento regional e de sindicalismo.

Art. 39º - Compete ao Diretor de Articulação Sindical;

- I - manter estreito relacionamento da AEBA com entidades similares, sindicatos e outras instituições afins, visando intercâmbio de informações e experiências;
- II - acompanhar o desenvolvimento de atividades dessas entidades, propondo, se for o caso, a participação da Associação em eventos de interesse dos associados da AEBA;
- III - coordenar a elaboração de pautas de reivindicações para subsidiar as entidades sindicais na organização de propostas de acordo coletivo.
- IV – Buscar manter e ampliar o quadro de associados da AEBA
- V – Promover a articulação das diretorias regionais.

Art. 39 A: Compete a Diretoria de Gênero e Diversidade:

- I – defender e promover a equidade, inclusão e diversidade dentro do Banco da Amazônia e da Associação.
- II – Acompanhar e sugerir ao Banco políticas de inclusão, de não discriminação e igualdade
- III – Promover agendas e debates sobre combate a todas as formas de discriminação
- IV – Defender os associados contra qualquer tipo de discriminação seja de origem étnica, religião, idade, gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual ou qualquer outra característica pessoal.

Art. 39 B: Compete a Diretoria de Saúde e Bem Estar

- I - Desenvolver debates e acompanhar as políticas do Banco para promover a saúde mental e o bem-estar emocional dos trabalhadores, incluindo a o acesso a serviços de saúde mental.
- II – Acompanhar e auxiliar as demandas dos associados junto a Caixa de Assistência a Saúde dos Funcionários do Banco da Amazônia, ou qualquer outra que vier a lhe substituir
- III – Contribuir com elaboração e promoção de conteúdo voltado à saúde do trabalhador, assim como segurança do trabalho.
- IV – Atuar, no que for possível, junto a CIPA para a promoção de segurança do trabalhador.
- V – Desenvolver e promover o esporte, lazer e desporto para os associados.

CAPITULO VII DO CONSELHO FISCAL

Art. 40º - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de Suplentes, todos associados da AEBA;

Art. 41º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I – emitir parecer sobre o relatório financeiro anual da AEBA a ser apresentado à Assembleia Geral;



- II - examinar os balancetes mensais da AEBA;
- III - analisar as despesas extraordinárias realizadas pela Diretoria;
- IV - apreciar e emitir parecer sobre qualquer proposta de alteração de bens imóveis, para posterior deliberação da Assembleia Geral;
- V - opinar a respeito de qualquer outro assunto de interesse fiscal ou patrimonial da AEBA, a pedido da Diretoria ou da Assembleia Geral.

Art. 42º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês para examinar os balancetes e, extraordinariamente, sempre que assuntos superiores assim requerirem.

Art. 43º - A eleição do Conselho Fiscal será realizada simultaneamente com a Diretoria
§ 1º - O mandato de cada conselheiro será de 3 anos.

CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES

Art. 44º - A eleição para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal far-se-á concomitantemente, de três em três anos, na forma desse estatuto.

Art. 45º - A votação será realizada simultaneamente em todas as dependências do Banco, das 8 às 18 horas, conforme os termos estabelecidos no Regimento Eleitoral vigente.

Art. 46º - Somente os associados em pleno gozo de seus direitos sociais poderão votar e ser votados para os cargos de que trata o artigo 46 deste Estatuto.

Art. 46º A: A inscrição das chapas dar-se-á por requerimento simples encaminhado a Comissão Eleitoral, em prazo estipulado por ela e publicado em edital, respeitados o que dispor esse Estatuto, sendo como requisitos mínimos para o deferimento da inscrição:

I – Todos os membros serem associados da AEBA, na forma do Art. 48, com no mínimo 6 meses de contribuição antes da publicação do Edital que abrir as eleições.

II- A chapa deverá contar, no momento do requerimento que trata o caput, com número mínimo de membros de **31** distribuídos, obrigatoriamente, da seguinte forma:

Diretoria Executiva: **7 membros.**

Suplentes da Diretoria Executiva: **7 membros**

- a) Conselho Fiscal: 3 membros
- b) Diretorias Regionais: 7 membros
- c) Suplentes das Diretorias Regionais: 7 membros.

Art. 47º - Cada chapa concorrente, devidamente registrada na comissão eleitoral, terá a seu dispor o custeio financeiro para impressão de até 3 (três) panfletos (frente e verso), confeccionados em papel jornal, tamanho A2, com tiragem de até 2500 exemplares cada e serão custeados pela AEBA, e pagos diretamente ao prestador de serviços gráficos da associação, a título da campanha eleitoral.

Art. 48º - As chapas concorrentes aos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal serão registradas na Comissão Eleitoral de que trata o Art. 54 deste Estatuto, até às 18 (dezoito) horas do vigésimo dia anterior à data marcada para a realização do pleito.

§ 1º - Para efeito da contagem de tempo referida no caput serão considerados apenas os dias úteis;

§ 2º - Somente as chapas inscritas poderão concorrer às eleições de que trata esta seção;

§ 3º - Nenhum candidato poderá concorrer a mais de um cargo eletivo na mesma chapa, tampouco integrar chapas diferentes;



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

§ 4º - Nas chapas deverão constar os nomes dos Suplentes.

Art. 49º - Para a composição das chapas da nova Diretoria, não será vedada candidatura à reeleição.

Art. 50º - Caberá à Comissão Eleitoral, deliberar sobre como será realizada a coleta dos votos, se de forma escrutínio secreto ou eletrônica, ou ainda, híbrida.

Art. 51º - A Diretoria Executiva, ouvidos os representantes das dependências da Área Metropolitana de Belém, designará com um prazo de 60(sessenta) dias de antecedência à data fixada para as eleições, a Comissão Eleitoral, constituída de 5(cinco) membros, não podendo fazer parte dela os componentes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Representantes.

§ único - Os membros da Comissão Eleitoral escolherão, entre si, um Presidente e um Secretário.

Art. 52º - Competirá à Comissão Eleitoral:

I - fixar o dia de realização da votação;

II - tomar todas as providências para que a eleição transcorra normalmente;

III - enviar aos membros do Conselho de Representantes a urna para a coleta dos votos, a relação das chapas registradas, as cédulas de votação e o material necessário ao processo de votação;

IV - dirimir dúvidas surgidas no decorrer da votação;

V - apurar os votos e, ao seu término, redigir a ata respectiva.

VI - Propiciar para que nos informativos e demais instrumentos de comunicação da AEBA (escritos e eletrônicos) todas as chapas concorrentes tenham igual espaço para exposição de suas idéias

§ 1º - As chapas concorrentes poderão designar um delegado para acompanhar a votação em cada dependência do BANCO.

§ 2º - Não havendo indicação de delegados por parte de chapas concorrentes, o Suplente do Representante da Dependência ou outro Representante, quando houver mais um, auxiliará na condução do processo de votação.

§ 3º - Concluída a votação, no caso das Dependências do BANCO localizadas na área metropolitana de Belém, os responsáveis pelo processo de votação, em envelope lacrado e por eles rubricados no fecho, conduzirão, de imediato e diretamente à Comissão Eleitoral, os votos e as respectivas folhas de votação assinadas.

Art. 53º - A apuração dos votos referentes às Dependências do BANCO na área metropolitana de Belém será procedida pela Comissão Eleitoral, em sessão aberta a todos os associados, iniciando-se às 19 (dezenove) horas do dia em que for realizada a eleição, observando-se, durante apuração, os seguintes dispositivos:

I - a mesa apuradora, além dos membros da Comissão Eleitoral, terá um fiscal para cada uma das chapas e por elas indicado até 2(dois) dias antes da data prevista para a apuração dos votos;

II - somente serão computados os votos das Dependências e do BANCO cujas urnas especiais para a coleta de votos chegarem à comissão Eleitoral até a hora do início da apuração;

III - serão anulados os votos que indicarem mais de um candidato para o mesmo cargo, identificarem o eleitor ou não estiverem de acordo com as instruções de preenchimento das cédulas e aqueles das urnas onde o número de votos não coincidir com o número de assinaturas constantes das folhas de votação.



AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

06 DEZ. 2024
1º R. T. D. P. J.
BELÉM - PARÁ

Art. 54º - Nas dependências do BANCO fora da área metropolitana de Belém, a apuração será procedida imediatamente após o término de votação, pelos condutores do processo eleitoral, em sessão aberta a todos os funcionários, observados os dispositivos dos itens I e III do artigo precedente e, ainda, os seguintes preceitos:

I - o resultado da apuração será informado imediatamente, pela via mais rápida, à Comissão Eleitoral;

II - a folha de votação e o mapa da apuração, devidamente assinados pelos condutores do processo eleitoral, serão encaminhados, via malote, para a Comissão Eleitoral, no primeiro dia útil seguinte ao de eleição.

Art. 55º - Apurado o resultado da eleição, a Comissão Eleitoral dele dará conhecimento aos presentes e redigirá a ata dos trabalhos e divulgará amplamente os nomes dos candidatos vencedores.

Art. 56º - No caso de apurar-se igualdade de votos para postulantes ao mesmo cargo, proceder-se-á o desempate pelo critério da idade, vencendo aquele que possuir a maior.

Art. 57º - Os eleitos tomarão posse nos respectivos cargos, no primeiro dia útil do ano seguinte ao da eleição.

Art. 58º - A cédula de votação deverá ter o nome dos candidatos e de seus respectivos Suplentes.

Art. 59º - A apuração será realizada no mesmo dia da eleição, na própria dependência, na presença dos candidatos e eleitores interessados.

Art. 60º - O resultado deverá ser comunicado, por escrito, no dia imediatamente seguinte ao da eleição, à Diretoria da AEBA, indicando o número de votantes e o resultado da votação.

CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO

Art. 61º - O patrimônio social da AEBA será constituído pela sua receita e por bens, direitos e títulos de sua propriedade, legalmente adquiridos.

Art. 62º - O patrimônio social da AEBA permanecerá sob guarda e responsabilidade da Diretoria que também o administrará.

Art. 63º - no caso de extinção da AEBA, o seu patrimônio terá o destino que lhe for determinado pela assembleia geral expressamente convocada com tal objetivo, cujo quórum mínimo deverá ter 2/3 dos associados no gozo pleno de seus direitos, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

§ único - Os associados residentes fora do município sede da associação poderão manifestar-se por escrito, de maneira inequívoca sobre a matéria.

CAPÍTULO X DO ORÇAMENTO

Art. 64º - Anualmente, até 30 de novembro, a Diretoria fará elaborar um orçamento de receitas e despesas para exercício seguinte.



§ único - O exercício financeiro da AEBA com o ano civil.

Art. 65º - Constituem fontes de receita da AEBA:

- I – contribuições, mensalidades, taxas e prêmios pagos pelos associados;
- II - donativos ou legados de qualquer natureza;
- III - subvenções ou auxílios oferecidos espontaneamente à entidade;
- IV - rendas de aplicações financeiras;
- V - produto de vendas de qualquer natureza;
- VI - rendas eventuais.

Art. 66º - São Títulos de despesas:

- I – salários, ordenados e encargos sociais de empregados e contratados;
- II - pagamento de aluguéis;
- III - aquisição de material de expediente;
- IV - custeio de conservação dos bens de uso;
- V - pagamento de tributos;
- VI - gastos com serviços gerais de funcionamento;
- VII - custeio de promoções diversas, compreendidas dentro dos objetivos da entidade;
- VIII - gastos com serviços gráficos e de impressão;
- IX - gastos eventuais.

Art. 67º - Até o final do mês de Abril seguinte ao encerramento do exercício anterior, a AEBA apresentará seu relatório financeiro, acompanhando do balanço anual e de parecer do Conselho Fiscal e submeterá à Assembleia Geral Ordinária, para apreciação.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68º - Os associados eleitos para a Diretoria Plena, o Conselho Fiscal ou para Representantes, oferecerão seus serviços espontaneamente à AEBA, sem quaisquer tipos de remuneração ou gratificações financeiras.

§ 1º - O presidente se dedicará tempo integral, fará jus a auxílio proposto e aprovado pela Assembleia Geral que tratou das alterações estatutárias, disposto em ata.

I – O auxílio que trata o parágrafo será disponibilizado no limite de 2 (dois) salários mínimos, desde que comprovada que o exercício do cargo trará perda direta na remuneração.

II – A concessão do auxílio será requerido pelo Presidente, sendo objeto de decisão da Diretoria Plena.

§ 2º - Os diretores, com tempo não cedido pelo Banco, deverão comparecer nos dias úteis à sede da AEBA por no mínimo duas horas fazendo jus a auxílio equivalente a do presidente, *pro-rata tempore*, sob a forma de auxílio alimentação.

Art. 69º - Para os fins deste Estatuto consideram-se dependências do Bando da Amazônia os órgãos a nível de gerência ou departamento da Direção Geral e as agências.

§ 1º - Os gabinetes da Presidência e das Diretorias são considerados uma única dependência.

§ 2º - a CASF e a CAPAF são consideradas dependências.

Art. 70º - Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações da Associação.

Art. 71º - Este Estatuto entra em vigor a partir da data de sua aprovação em assembleia geral, dia 29/04/2024.

AEBA Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

Gilson Afonso de Medeiros Lima

Belém/PA
5º NOTAS

GILSON AFONSO DE MEDEIROS LIMA-PRESIDENTE
CPF: 227.879.762-04

CARTÓRIO DINIZ

Andrea

ANDREA CRISTIANE DE SOUZA AMARAL
DIRETORA DE ADM.PATRIMÔNIO E FINANÇAS
CPF: 519.086.202-00

Paulo

PAULO MARCELO DA SILVA PALMEIRA
ADVOGADO – OAB-PA – Nº 18.870



Isabella C. Damasceno Lisboa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PA - A

5º TABELIONATO DE NOTAS DE BELÉM-PA
Larissa Ferreira Rosso Nelson - Tabeliã
RECONHECIMENTO Nº 337974

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de: (1) GILSON AFONSO DE MEDEIROS LIMA
Belém/PA, 19 de novembro de 2024.

ISABELLA CHRISTINA DAMASCENO LISBOA - Escrevente
SELO DIGITAL DE RECONHECIMENTO Nº 013226320A
SÉRIE: A - SELADO EM: 19 de novembro de 2024. COD. DE SEGURANÇA Nº: 0238223100000593264711111. QTD ATOS: 1 - EMOLUMENTOS: R\$6,40 - FRJ: R\$1,02 - FRC: R\$0,17

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Cartório Conduri
4º Ofício de Notas
Belém - PA

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-388 • Fone: (91) 3249.4018/3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabelião

RECONHECIMENTO Nº 060136

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de: (1) PAULO MARCELO DA SILVA PALMEIRA
Belém/PA, 21 de novembro de 2024 - 10:34:39

Larissa Cristina Sousa Sacramento / Escrevente Autorizada
Emolumentos: R\$ 6,80 (FRJ R\$ 1,02 FRC R\$ 0,17) + ISS: R\$ 0,28
+ Selo: R\$ 0,45 - Total: R\$ 7,53 - Selos: 013283362A

Larissa Cristina Sousa Sacramento
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DINIZ 2º OFÍCIO DE NOTAS

Avenida Governador José Malcher, 408 - Belém - Pará - CEP: 66040-281
Fones: (91) 9 8411-9318 / 9 9634-9015 / 3212-1248 / 3223-3223
Tabelião Titular: Eleonora Maria Moreira da Castro Alves

Reconheço a assinatura por semelhança: ANDREA CRISTIANE DE SOUZA AMARAL

Dou fé, em test. de verdade, 22/11/2024 Atos: 1 Emol R\$ 6,80
SÉRIE: A Nº13295022 FRC R\$ 0,17 FRJ R\$ 1,02 Selo R\$ 0,45
220592310000926995102191111 Selo digital - Reconhecimento de Firma

Eleonora Maria Moreira da Castro Alves - TABELIÃ

Célia

Célia Maria da Silva Lima
Escrevente Autorizada

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua João Diogo, nº 26, cidade velha, Belém - Pará

Protocolado sob nº 00022979 Registrado sob nº 00022979.
Belém-PA, 06/12/2024

Marlon Lima Garçal

p/ 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 3589151
SÉRIE: A
SELADO EM: 06/12/2024
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
15198530000082624535127011

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 141,20	R\$ 21,18	R\$ 3,53

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>

1º R. T. D. P. J.
BELEM - PARA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 3589152
SÉRIE: A
SELADO EM: 06/12/2024
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
25198530000092624535127011

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
12	R\$ 339,60	R\$ 51,00	R\$ 8,52

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 3589153
SÉRIE: A
SELADO EM: 06/12/2024
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
3519853000003624535127011

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 7,00	R\$ 1,05	R\$ 0,18

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>

1º R. T. D. P. J.
BELEM - PARA

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS